



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 25/2019/SMPOP/DCL**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019/PP

Ata de Registro de Preço, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, aqui representado pelo Prefeito Municipal **EDUARDO BONOTTO**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 88.489.786/0001-01, com sede na Av. Aparício Mariense, 2751, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **ELIANE RESTA DAL ROSSO GOYA - ME**, inscrita no CNPJ nº 16.989.002/0001-95, com sede na Rua Napolis Massa, nº 744, Bairro Dr. Ayub, na cidade de Itaqui/RS, vencedora e adjudicatária do pregão supra-referido, por seu representante legal, **ELIANE RESTA DAL ROSSO GOYA**, inscrito no CPF nº 824.733.660-04, Carteira de Identidade RG Nº 4064028741, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, acordaram em celebrar o presente instrumento, obedecidas as condições constantes no edital supra-referido e Ata de Reunião de Julgamento de Proposta, documentos estes que fazem parte integrante do presente contrato em todos os seus conteúdos mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. A presente ata tem por objeto o **registro de preço** de extintores de incêndio novos e recargas, placas e luzes de sinalização de segurança, destinados aos prédios pertencentes a administração municipal, de acordo com o termo de referência e processo de compra nº 1363/2019.

1.2. A empresa responsável pelas recargas dos extintores deve responsabilizar-se pela manutenção dos mesmos quando apresentarem defeitos na carga(sem pressão ou pressão acima da tolerável), de fabricação ou recarga, durante os 12 meses subsequentes, sem quantidade mínima de extintores para prestação deste serviço.

1.3. A empresa vencedora deveser seguir as normas:

- Norma Regulamentadora NR – 23 “Proteção Contra Incêndio” que determina a utilização de extintores obedecendo as normas do INMETRO;
- Norma da ABNT NBR 12962/94, determina que os extintores de incêndios devem sofrer recargas a cada 12 meses;
- Norma ABNT NBR 12779/04 determina ainda que todas as mangueiras de incêndio sejam inspecionadas a cada 6 meses e sometidas a ensaio hidrostático a cada 12 meses;
- Norma NBR 13434 tem como objetivo padronizar as formas, as dimensões e as cores da sinalização de segurança contra incêndio;

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência

2.1. A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

2.2. Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, da Lei Municipal 3.025/2002 e do Decreto Municipal nº 8.497/2002, o **CONTRATANTE** não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Preços

3.1. Os preços ofertados pela **CONTRATADA** seguem detalhados na Ata de Julgamento, parte integrante deste, acumulando um total de **R\$ 00.000,00 (xxxxxxxxxxxx)**, conforme descrições detalhadas:

3.2. Os preços, as descrições e quantidades são as seguintes:

Item	Und	Quant.	Descrição/Objeto	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Un	180	RECARGA DE EXTINTOR AP - 10L, EXTINTOR PORTÁTIL DE ÁGUA PRESSURIZADA (AP) COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS, CLASSE A.	49,00	8.820,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

02	Un	20	RECARGA DE EXTINTOR CO2- 4 KG, EXTINTOR PORTÁTIL DE DIPOXIDO DE CARBONO (CO2), PRESSURIZAÇÃO DIRETA, COM CAPACIDADE PARA 04 KG, CLASSE BC.	66,00	1.320,00
03	Un	40	RECARGA DE EXTINTOR CO2- 6 KG, EXTINTOR PORTÁTIL DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO2-06KG), PRESSURIZAÇÃO DIRETA, COM CAPACIDADE PARA 06KG, CLASSE BC.	80,00	3.200,00
04	Un	150	RECARGA DE EXTINTOR BC 4KG, EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZAÇÃO DIRETA, COM CAPACIDADE PARA 4KG. CLASSE BC	50,00	7.500,00
05	Un	20	RECARGA DE EXTINTOR BC- 06KG, EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS) PRESSURIZAÇÃO DIRETA, COM CAPACIDADE PARA 06 KG CLASSE BC.	55,00	1.100,00
06	Un	100	RECARGA DE EXTINTOR BC-08KG, EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZAÇÃO DIRETA, COM CAPACIDADE PARA 08 KG, CLASSE BC.	61,00	6.100,00
07	Un	20	RECARGA DE EXTINTOR BC-12KG, EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZAÇÃO DIRETA, COM CAPACIDADE PARA 12 LITROS	70,00	1.400,00
08	Un	50	RECARGA DE EXTINTOR ABC-04KG, EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZAÇÃO DIRETA, COM CAPACIDADE PARA 04KG, CLASSE ABC.	64,00	3.200,00
09	Un	50	RECARGA DE EXTINTOR ABC-06KG, EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZAÇÃO DIRETA, COM CAPACIDADE PARA 06KG, CLASSE ABC.	70,00	3.500,00
10	Un	20	RECARGA DE EXTINTOR ABC-12KG, EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PRESSURIZAÇÃO DIRETA, COM CAPACIDADE PARA 12KG, CLASSE ABC.	86,00	1.720,00
11	Un	50	EXTINTOR ABC- 04KG, EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO SECO (PQS), PARA PRESSURIZAÇÃO DIRETA, COM CAPACIDADE PARA 04KG, CLASSE ABC.	192,00	9.600,00
12	Un	50	EXTINTOR ABC- 06 KG, EXTINTOR PORTÁTIL DE PÓ QUÍMICO SECO	212,00	10.600,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

			(PQS), PRESSURIZAÇÃO DIRETA, COM CAPACIDADE PARA 06 KG, CLASE ABC		
13	Un	50	PLACA DE SINALIZAÇÃO -PROIBIDO FUMAR, 30X30XM, FUNDO BRANCO, PICTOGRAMA DE PROIBIDO PRETO E VERMELHO, FORMATO CIRCULAR	13,00	650,00
14	Un	50	PLACA PROIBIDO PRODUZIR CHAMAS, PLACA EM FORMATO CIRCULAR, FUNDO BRANCO, DESENHO PRETO E VERMELHO	13,00	650,00
15	Un	50	PLACA CUIDADO, RISCO DE INCÊNDIO, PLACA EM FORMATO TRIANGULAR COM FNDO AMARELO, DESENHO EM PRETO.	16,00	800,00
16	Un	50	PLACA CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO, PLACA EM FORMATO TRIANGULAR, FUNDO AMARELO, DESENHO EM PRETO	18,00	900,00
17	Un	50	PLACA SAÍDA DE EMERGÊNCIA (SENTIDO ROTA DE FUGA), PLACA EM FORMATO RETANGULAR, FUNDO VERDE, DESENHO FOTOLUMINESCENTE	16,00	800,00
18	Un	50	PLACA SAÍDA DE EMERGÊNCIA, PLACA EM FORMATO RETANGULAR, FUNDO VERDE, DESENHO FOTOLUMINESCENTE.	16,00	800,00
19	Un	50	PLACA ALARME SONORO, PLACA EM FORMATO QUADRADO FUNDO VERMELHO, DESENHO FOTOLUMINESCENTE.	15,00	750,00
20	Un	50	PLACA ALARME MANUAL DE INCÊNDIO, PLACA EM FORMATO QUADRADO, FUNDO VERMELHO, DESENHO FOTOLUMINESCENTE.	15,00	750,00
21	Un	50	PLACA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, PLACA EM FORMATO QUADRADO, FUNDO VERMELHO, DESENHO FOTOLUMINESCENTE.	15,00	750,00
22	Un	20	LUZ DE EMERGÊNCIA COM INDICAÇÃO DE 'SAIDA', AUTONOMIA DE 06 HORAS, TIPO PAREDE.	15,00	750,00
23	Un	20	LUZ DE EMERGÊNCIA 3X30 LEDS, AUTONOMIA DE 06 HORAS, TIPO PAREDE.	71,59	1.431,80
Total:					67.368,40



CLÁUSULA QUARTA – Das Condições De Fornecimento

- 4.1.** A CONTRATADA obriga-se a dar prioridade no atendimento a CONTRATANTE, bem como, executar o objeto contratado de forma imediata, conforme especificado nos termos do edital e inclusive em conformidade com a Ata de Julgamento, bem como de acordo com o que preceitua o Código Defesa Consumidor;
- 4.2.** Toda e qualquer despesa relativa à execução do objeto da presente Ata, correrá por conta exclusiva da CONTRATADA.
- 4.3.** Deverá ser emitida a devida Nota fiscal/fatura discriminativa, após a entrega dos produtos para efetivação do pagamento e liquidação.
- 4.4.** Será recusado o objeto que não atender às especificações constantes na presente Ata.
- 4.5.** Dentro do prazo de vigência contratual, a CONTRATADA está obrigada ao executar o objeto contratado, desde que obedecidas as condições do Pregão, conforme previsão do edital que precedeu a formalização dessa Ata.
- 4.6.** A recusa da CONTRATADA em atender à substituição, levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.
- 4.7.** A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, poderá promover ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

CLÁUSULA QUINTA – Da garantia

- 5.1.** A contratada deverá entregar o objeto em perfeitas condições de uso e funcionamento compatível com as obrigações assumidas.
- 5.2.** Na garantia contra eventuais defeitos de fabricação, bem como por problemas decorrentes de mal acondicionamento e falhas no transporte, a CONTRATADA deverá substituir o produto, sem ônus adicionais para a Prefeitura Municipal de São Borja, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

CLAUSULA SEXTA – Das Condições de Pagamento

6.1. Cumpridas as obrigações contratuais dispostas neste instrumento e no edital do Pregão, o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias após a data da solicitação pela secretaria requisitante.

6.2. A presente despesa será suportada pela(s) seguinte(s) rubrica(s) do ano de 2019, cujo elemento é:

3.3.90.30.04.00.00.00 3.3.90.30.00.00.00.00
--

6.3. O CNPJ/MF constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

6.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que tenha sido imposta à CONTRATADA pela CONTRATANTE, em decorrência de penalidade ou inadimplência, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Entrega

7.1. Obriga-se a CONTRATADA a executar o objeto deste instrumento em até 03 (três) dias, contados da Autorização de Fornecimento que será emitida pela secretaria requisitante.

7.2. Por ocasião da execução, caso seja detectado que o objeto não atende às especificações licitada e proposta, poderá o CONTRATANTE rejeitá-lo, obrigando-se a CONTRATADA a providenciar a substituição do bem não aceito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento pelo responsável técnico, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

7.3. É vedada à CONTRATADA condicionar uma quantidade mínima de pedidos para providenciar a execução do objeto contratado.

7.4. A CONTRATADA deverá enviar o objeto contratado, solicitado pelo CONTRATANTE de forma imediata, independente da quantidade solicitada sob pena de incorrer as penalidades previstas na Clausula Oitava.

CLÁUSULA OITAVA - Do Cancelamento Da Ata De Registro De Preços

8.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

- a) quando a CONTRATADA não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
- b) quando a CONTRATADA não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- c) quando a CONTRATADA solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- d) cometimento de irregularidade grave no cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos, suficiente a ponto da CONTRATANTE ter que promover a execução do objeto contratado, através da contratação de terceiros.
- e) atraso injustificado na execução do objeto.
- f) paralisação na execução do objeto contratado, sem justa causa, e prévia comunicação à CONTRATANTE.
- g) subcontratação total ou parcial da execução do objeto contratado.
- h) associação do contratado com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do objeto contratado.
- i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como de seus superiores.
- j) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto ora contratado.
- k) decretação de falência, pedido de concordata ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA.
- l) dissolução da CONTRATADA.
- m) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Administração Pública, prejudique a execução deste contrato.

8.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.3. No caso de se tornar desconhecido o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

8.4. A rescisão contratual também se operará nos seguintes casos:

- a) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE, devidamente deduzidas em processo administrativo regularmente instaurado.
- b) Supressão, unilateral por parte da CONTRATANTE, dos quantitativos dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite permitido no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.
- c) Suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
- d) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de fornecimentos de materiais/prestação de serviços, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.
- e) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- f) Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

8.5. A rescisão deste contrato poderá ser:

- a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.
- b) Judicial, nos termos da legislação processual, vigente à época da rescisão contratual.

8.6. Nos casos de rescisão administrativa ou amigável, haverá precedência de autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE.

8.7. No caso de rescisão do contrato com fundamento em razões descritas nas alíneas “a” a “d” do item 7.4, será a CONTRATADA ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo, ainda, direito a pagamentos devidos pela execução do objeto contratado até a data da rescisão.

CLÁUSULA NONA - Das Penalidades



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

9.1. O não cumprimento das obrigações contratuais ensejará a aplicação das seguintes sanções, independentemente de outras previstas em lei:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de 10 % (dez) sobre o valor empenhado, limitado este a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;
- c) No caso de inexecução do contrato, a CONTRATADA será:
 - c.1) Suspensa temporária de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração por 02 (dois) anos.
 - c.2) Declarada de inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- d) As sanções previstas nos itens acima mencionados admitem defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.
- e) As penalidades acima previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.
- f) As multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da CONTRATANTE no prazo de 5 (cinco) dias corridos a contar da data da notificação, podendo o seu valor ser descontado do documento de cobrança, na ocasião de seu pagamento.
- g) As multas, quando não recolhidas ou descontadas no prazo descrito no item anterior deste contrato sofrerão reajuste pelo Índice Geral dos Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM/FGV).
- h) Além das multas estabelecidas, a CONTRATANTE poderá recusar os materiais/serviços, se a sua apresentação não estiver de acordo com o exigido na descrição do objeto deste contrato e não for corrigida imediatamente.
- i) A ocorrência ensejadora da recusa em aceitar o objeto contratado pela CONTRATADA, pode constituir motivo para aplicação do disposto nas alíneas "a" e "c" do presente item.

CLAUSULA DÉCIMA – Da Fiscalização

10.1. Cabe a Secretaria requisitante fiscalizar rotineiramente o objeto da presente Ata, quanto à quantidade, qualidade e modo de fornecimento e/ou execução.

10.2. Os fiscais da secretaria requisitante estão investidos do direito de recusar, em parte ou totalmente, o produto que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que esteja sendo entregue inadequadamente ou que não atinja a finalidade que se destina.

10.3. As irregularidades constatadas pela secretaria requisitante deverão ser comunicadas a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Casos Fortuitos Ou De Força Maior

11.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a execução do objeto contratado:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

11.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela CONTRATADA.

11.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a secretaria requisitante, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Das Alterações Contratuais

12.1. Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações. Tais alterações serão celebradas mediante termo aditivo.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Dos Casos Omissos

13.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos - SMPOP, à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Do Foro

14.1. Fica eleito o foro da comarca de São Borja do Estado do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos.

São Borja, 14 de Maio de 2019.

EDUARDO BONOTTO
PREFEITO
CONTRATANTE

ELIANE RESTA DAL ROSSO GOYA - ME
CONTRATADA

TESTEMUNHA

NOME:

CPF:

ASSINATURA:

TESTEMUNHA

NOME:

CPF:

ASSINATURA: